AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
MOIMENTA DA BEIRA

Reportagem "Parlamento dos Jovens 2016 - 2017"

Agrupamento de Escolas de Moimenta da Beira – Círculo de Viseu

Parlamento dos Jovens 2017 – Ensino Secundário

Reportagem Jornalística de Bernardo Martins

"Parlamento dos Jovens, uma grande escola para os jovens, ao longo dos 20 anos de existência, mergulhou na prática concreta e profunda da Democracia."

Ferro Rodrigues, na abertura da Sessão Plenária

Nos dias 8 e 9 de maio, foi com grande apreensão, satisfação e, sobretudo, orgulho que partiram do Agrupamento de Escolas de Moimenta da Beira, em Lamego,

três alunos (Inês Frias, Maria Alhais e a Bernardo Martins) e a professora coordenadora, Carmo Aires, que nos acompanhou e amparou durante todo este trajeto rumo à Assembleia da República, acalentando-nos o sonho de promovermos e dinamizarmos o intercâmbio de opiniões.

Face ao mote "40 Anos de Constituição – a que temos; a que queremos – Desafios ao poder Local!", cada um levava consigo uma missão diferente. A Inês e a Maria, como deputadas, iriam explanar os seus pontos de vista. O Bernardo, como repórter fotográfico e incumbido de relatar os acontecimentos parlamentares, iria, posteriormente, expor para a comunidade a envolvência da massa juvenil neste espírito político.

Sessão Escolar

01 de dezembro: preludiaram-se os trabalhos relacionados com esta aventura, formando-se, assim, oito listas, num total de uma centena de alunos, tendo sido a lista A a vencedora. Após variados trabalhos, pesquisas e apresentações, iniciou-se a campanha eleitoral, tendo decorrido com uma grande adesão por parte dos alunos.

Por fim, no dia 23 de janeiro, realizou-se a Sessão Escolar que constituiu um importante marco na "corrida" à Assembleia.

Na Sessão Escolar, após a elaboração do Projeto de Recomendação a ser, posteriormente, defendido pelo Agrupamento de Escolas de Moimenta da Beira, teve lugar a eleição dos deputados que participariam na Sessão Distrital, tendo sido eleitos dois deputados efetivos, Inês Frias e Maria Alhais, e um suplente, Bernardo Martins.

Desta forma, nasceram as seguintes ideias:

«40 ANOS DE PODER DEMOCRÁTICO LOCAL – QUE DESAFIOS?

Comemoraram-se recentemente os 40 Anos de Poder Local Democrático, uma merecida homenagem aos autarcas que, ao longo de quatro décadas, foram capazes

de desenvolver o território, conseguindo muitas vezes fazer muito com pouco e substituir-se ao Poder Central, oferecendo melhor qualidade de vida às pessoas.

A ação do poder local passou por várias e complexas fases, a nível de construção de infraestruturas básicas, de acordo com aquilo que eram as necessidades em cada momento e em cada território.

Hoje, o poder local enfrenta novos desafios, tais como: a desertificação, que começa também a afetar os municípios do litoral do país; a dificuldade na fixação de populações, apesar das infraestruturas já existentes; a dignificação do papel das JF e Câmaras Municipais; as desigualdades de competitividade dos diversos municípios do país. Para que estes mesmos desafios sejam superados é fundamental a existência de um trabalho conjunto e de cooperação entre o Poder Central e o Poder Local, um esforço conjunto e de convergência no sentido de reduzir as assimetrias regionais e potenciar a coesão nacional e territorial, assegurando um desenvolvimento inclusivo, potenciando maior justiça, paz social e uma melhor qualidade de vida a toda a população.

Esses novos desafios passam por uma verdadeira reforma legislativa que reforce os poderes das autarquias, descentralizando o poder, uma reivindicação dos autarcas já de longa data. A acontecer esta descentralização de poderes, deve ser também acompanhada dos respetivos meios financeiros, para que os municípios possam oferecer soluções mais rápidas e fáceis. A propósito desta aspiração, o Primeiro-Ministro anunciou para breve a atribuição de novas competências às autarquias, medida que se insere no âmbito do programa de descentralização do Governo, que deverá efetivar uma transferência real de poderes, ao invés de criar ainda mais dependência do Poder Central.

Deste modo, e tendo em conta que "O poder local é um fusível de segurança da democracia portuguesa" como disse recentemente o nosso Presidente da República, devem ser assim criadas medidas que potenciem de modo eficaz o fim das assimetrias territoriais, a fim de se alcançar um desenvolvimento a um ritmo mais acelerado em todas as regiões do país.

Assim, os deputados do Agrupamento de Escolas de Moimenta da Beira propõem as seguintes medidas:

1. Sendo que a entrega de competências ao Poder Local produz desenvolvimento a um ritmo mais acelerado do que quando o desenvolvimento é feito pelo próprio estado, deve promover-se a criação e aprovação de legislação autárquica que confira um maior poder às autarquias e assim dignifique e credibilize o papel das Juntas de Freguesia e das Câmaras Municipais, reforçando as atribuições dos municípios, consolidando as competências dos seus órgãos e garantindo a sua estabilidade financeira.

2. O governo deve distribuir uma maior percentagem das receitas de Estado às autarquias, tomando como exemplo os restantes países da UE onde a percentagem de receita de estado correspondente aos órgãos de gestão local se situa nos 32%, face aos 17% disponibilizados em Portugal. Este aumento na receita autárquica poderia ser aplicado em áreas como a saúde, o ensino, o lazer ou a economia local, contribuindo para a fixação de pessoas nos seus próprios municípios, combatendo assim o problema da desertificação.

3. Tendo em conta que a eficiência da governação local é, muitas vezes, condicionada pela falta de competitividade das próprias indústrias/empresas, devem ser disponibilizados fundos para que as autarquias possam investir não só num melhor acesso à rede rodoviária nacional bem como à Rede Transeuropeia (criando uma rede complementar e acessibilidades a nível regional), mas também na aplicação de incentivos à indústria, em particular àquela que visa a utilização de produtos endógenos de cada região. Sendo para isto fundamental a existência de um bom parque industrial, que potenciará a fixação de novas indústrias/empresas, que contribuirão para a projeção económica da região.»

Sessão Distrital

No dia 21 de março, foram quatro os alunos que partiram, do Agrupamento de

Escolas de Moimenta da Beira, rumo a Viseu – Instituto Politécnico.

Em, após uma agradável receção, contámos com a presença de uma deputada do CDS / PP, Ilda Novo, a abrir o dia de trabalhos, tornando, assim, a sessão do Parlamento dos Jovens mais profícua e realista. E foi desta forma que os alunos envolvidos defenderam as suas medidas patentes nos seus Projetos de Recomendação, bem como debateram os demais, nascendo, fruto desta saudável discussão, o Projeto de Recomendação de Viseu que teria como destino a desejada Sessão Nacional na Assembleia da República - Lisboa.

Após os restantes trabalhos parlamentares, chegou a contagem dos votos e a notícia por que tanto almejávamos e que vimos concretizada: a eleição dos deputados do Agrupamento de Escolas de Moimenta da Beira.

**** Dia 08 de maio***

A chegada ao majestoso edifício assolou-nos o pensamento… "A Assembleia da República é a Casa das Escolhas, onde se trilham os diversos caminhos, incluindo os da educação", palavras do Vice-Presidente da casa que nos acolheu, e era precisamente essa a razão por que ali estávamos. Os trabalhos parlamentares tiveram início às 14h, tendo os jovens deputados sido encaminhados para as diferentes comissões. Para as deputadas Inês Frias e Maria Alhais foi designada a terceira comissão, na qual se debateram, na generalidade e na especialidade, os Projetos de Recomendação aprovados nos círculos eleitorais do Porto, Guarda, Fora da Europa, Viana do Castelo, Évora e Portalegre, sob a orientação de Deputados da Assembleia da República em representação dos Grupos Parlamentares. Por seu turno, os jornalistas deambularam

pelo Palácio de S. Bento, numa visita guiada, dando-se maior ênfase à Sala dos Passos Perdidos, adjacente à Sala das Sessões, funcionando como uma sala de espera entre deputados, membros do governo e jornalistas.

1.ª Comissão

Os trabalhos foram dirigidos pelas deputadas Odete João (PS) e Ilda Araújo Novo (CDS – PP), tendo sido assessorados por Maria Mesquitela.

Depois de apresentados os Projetos de Recomendação, acompanhados por uma impetuosa defesa dos mesmos, passou-se aos momentos de interpelação, estabelecendo-se um diálogo baseado na defesa e na contestação.

Após as etapas de alteração do projeto eleito, elegeram-se as questões a colocar aos deputados presentes na Sessão Plenária.

*** 2.ª Comissão**

Esta foi presidida pelos deputados Ana Mesquita (CDU) e Margarida Lopes (PSD), tendo sido acompanhados pela assessora Lurdes Sauane que, afavelmente, acolheram os jovens deputados, dissertando estes acerca das verdadeiras assimetrias existentes no nosso país, e as mudanças a incutir na Assembleia da República.

Após a apresentação dos projetos, procedeu-se à discussão, predominando temas como o IRC, a atração turística no interior, a redução das SCUTS, os incentivos à natalidade, a atribuição de subsídios à habitação, dar mais poder às autarquias, os abonos, entre outros que suscitaram, sem dúvida, a atenção desta comissão tão atenta.

*** 3.ª Comissão**

Orientada pelos deputados João Galamba (PS) e Heloísa Apolónia (PEV), e pelo assessor Vasco Cipriano, também aqui se debateram ideias apoiadas na redução do IMI e do IMT, no incentivo ao desenvolvimento de infraestruturas de transportes, na promoção do espaço rural e do património, na criação de parcerias, na especialização produtiva ao nível das NUTS III do interior, no apoio às PME, defendendo-se, assim, a

redução das desigualdades entre o interior e o litoral, dando mais poder às autarquias para que isso aconteça.

*** 4.ª Comissão**

Dirigida pelos deputados Luís Monteiro (BE) e Duarte Marques (PSD), a mesma foi assessorada por Raúl Oliveira. Nesta comissão, proclamou-se a dinamização do setor primário no interior do país, a atribuição de incentivos fiscais para as empresas, a redução dos custos das portagens do interior para as PME e para as start-ups, o aumento das ofertas culturais e turísticas e a redução das tarifas de comboio e autocarro nas viagens com partida do litoral, incentivo aos jovens, entre outros.

Encerrados os trabalhos e depois de um agradável lanche oferecido pela Assembleia da República, fomos encaminhados para a Sala do Senado, onde assistimos ao programa cultural protagonizado pelo grupo de teatro "Os Improváveis".

Para terminar o dia, foi-nos servido um lauto jantar, na Sala de Apoio ao do Palácio de S. Bento. No final do mesmo, dirigimo-nos para os distintos locais de alojamento.

*** 24 de maio**…

No último dia, os sinais de nervosismo adensavam-se… Porém, o sorriso, escondido mas presente, de cada um demonstrava o orgulho e a felicidade de ter alcançado tamanho lugar na Casa da Democracia.

A Sessão Plenária foi aberta pela Presidente da Mesa da Sessão Nacional, Sara Santos, cedendo, na devida altura, a palavra ao Dr. Alexandre Quintanilha, Presidente da Comissão da Educação, Ciência e Cultura, que, posteriormente, deu a palavra ao Presidente da Assembleia da República, Dr. Ferro Rodrigues. Salientaram, nos seus discursos, a importância do projeto, alegando, mesmo, que "a democracia é a arte de viver e só se vive praticando". Esteve ainda presente nesta Sessão de abertura a Secretária de Estado Adjunta e da Educação e o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.

De seguida, houve um período de perguntas às quais os seis deputados presentes responderam, atónitos, às questões que versavam variados assuntos. A deputada Heloísa Apolónia, numa das suas intervenções, frisou que "a educação é uma área importante para o progresso do país e temos de partir dessa premissa. Os cidadãos devem dizer o que pensam e o que querem e não devem deixar que outros decidam por eles." Apelou, também, a não desistirmos e a lutarmos pelo que queremos!

Às 11h30, teve o seu arranque o Debate da Recomendação à Assembleia da República, durante o qual os deputados tiveram a oportunidade de reler todas as medidas propostas à Sessão Plenária, advindas das diferentes comissões.

Os trabalhos prolongaram-se e a sessão foi interrompida para o almoço e, concomitantemente, os jornalistas tiveram o privilégio de participar numa Conferência de Imprensa, gentilmente proferida pelo Dr. Alexandre Quintanilha. Aí, foram discutidas temáticas bem atuais, desde a educação, com enfoque na escola pública versus privada, à saúde associada à controversa eutanásia, crise em Portugal, desemprego dos recém licenciados, entre outros.

Após um agradável almoço nos claustros, retomaram-se os trabalhos com o debate e a votação final global respeitante à Recomendação, eliminando-se e aprovando-se as medidas da atual edição.

O resultado final foi, sem dúvida, o culminar de um longo trajeto repleto de inúmeras aprendizagens que iremos, com certeza, guardar e reviver no futuro.

Não esquecendo as dignas palavras finais do Dr. Alexandre Quintanilha, resta-me deixar o seu conselho inspirado numa música de John Lennon: "Imagine"… É, na verdade, o que os jovens devem fazer: sonhar! Já diria o nosso grande Fernando Pessoa: "Deus quer, o homem sonha, a obra nasce."

O "Parlamento dos Jovens", um dos projetos mais emblemáticos da Assembleia da República, pujado de simbolismo, na perspetiva da deputada Heloísa Apolónia, é, sem dúvida, o rosto humano de Portugal. Por isso, pegando nas palavras do deputado Pedro Pimpão, "Não fiquem por aqui!"…

Reportagem de Bernardo Martins

Agrupamento de Escolas de Moimenta da Beira

Círculo Eleitoral de Viseu